

ATA Nº 02.2015

1 A os vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às quinze
2 horas e trinta e três minutos, na Avenida Ricardo Brandão, número mil e
3 seiscentos, bairro Jatiuka, município de Campo Grande, Estado do Mato
4 Grosso do Sul, sede da Câmara Municipal de Vereadores, integrantes do
5 Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas
6 Públicas para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais se
7 reuniram, para dar continuação a sua 5ª Assembleia Geral, conforme definição no
8 dia anterior, com único ponto de pauta: a) Construção do Plano de Ação 2014-2015.
9 Ao iniciar os trabalhos, a nova diretoria eleita para o biênio 2015-2017 tomou posse
10 e assumiu a Mesa Diretoria e as atividades. Passou-se, então, para que a
11 Assembleia pontuasse suas avaliações, desejos e proposições em relação à
12 atuação do FONGES LGBT para o ano em curto: a) Wellington Pastor (CE):
13 apresentou um resumo do trabalho da Comissão de Institucionalização da Política
14 LGBT. Informa que a Resolução nº 005/2014, de 27 de abril de 2014, institui a
15 Comissão de Institucionalização e estabelece o prazo de 60 dias para apresentar o
16 Plano de Trabalho para a Gestão 2014-2015. Para tanto, utiliza o espaço da
17 Assembleia para apresentar as seguintes propostas discutidas internamente com
18 os/as integrantes da Comissão: a.1) Criação de um caderno de orientação para
19 os/as gestores/as de políticas públicas para população LGBT; a.2) Estimular a
20 criação/implantação de organismo LGBT nos Estados e Municípios da Federação;
21 a.3) Estimular a parceria com Universidades, Centros Acadêmicos, Associações e
22 Grupos de Estudos sobre Diversidade Sexual, Gênero e Outros; a.4) Fortalecimento
23 do FONGES tornando-o referência na construção e condução de políticas públicas
24 para população LGBT; a.5) Mapeamento de todos os decretos, portarias,
25 orientações, regulamentos que orientam/ garantam a cidadania da população
26 LGBT; a.6) Mapeamento de todos os Estados e Municípios que aderiram o Sistema
27 Nacional LGBT; Mapeamento de todos os organismos LGBT Municipais e
28 Estaduais.; b) José Geoberto (AL): agradeceu o convite em estar participando da
29 Assembleia e citou a necessidade das ações dos FONGES LGBT possam ser
30 delineadas também a partir das demandas dos movimentos sociais das
31 comunidades que atendemos; c) Edna Sampaio: fala da necessidade de um maior
32 contato entre a SDH e o FONGES LGBT no sentido de aproximar as pautas.
33 Propõe que seja pensando um espaço de discussão, tipo seminário, fórum, para
34 apresentar dos produtos e resultados alcançados pelas consultorias contratadas
35 pela SDH para mapeamento da política LGBT. Reforça a necessidade de
36 entendimento sobre como será o financiamento das ações próprias do Fórum bem
37 como estudar a natureza jurídica mais apropriada para o mesmo; d) Adriana
38 Lohanna propõe a criação de um E-Grupo e um grupo no Whatsapp, com regimento
39 de convivência, com responsabilidade de moderação a Coordenação de Direitos
40 Humanos de Sergipe. Cita também o aplicativo Telegram pois o mesmo permite o
41 envio de arquivos em PDF; e) Narciso Júnior colocou a gestão estadual do Ceará à
42 disposição do FONGES LGBT e reforçou a necessidade da nova gestão seguir,
43 criteriosamente, as demandas retiradas nas Assembleias Ordinárias e Extra-
44 Ordinárias. Solicitou, ainda, a construção de uma carta do Encontro; f) Adriano
45 FERRETO: partiu da compreensão do que queremos para construir um Plano de Ação
46 que agregue todas as demandas, independente das convicções partidárias.
47 Ressaltou a questão da necessidade de atualização do site do FONGES com

48 notícias de cada Coordenação; g) Roberto Maia: solicitou a construção de um
49 material norteador sobre políticas LGBT e LGBTfobia por parte da SHD e da
50 Coordenação Nacional LGBT; h) Cláudio Nascimento: colocou-se à disposição para
51 construir a Carta do Encontro de Campo Grande, MS; i) Marco Aurélio: informou a
52 quantidade de demandas oriundas das Conferências e que há necessidade de um
53 posicionamento nacional sobre o andamento das mesmas; j) Flávio Brebis: reforçou
54 a necessidade de termos um relatório mensal das atividades da Diretoria do
55 FONGES LGBT e construção de campanhas publicitárias do Fórum para novas
56 adesões bem como publicizar as temáticas LGBT em território nacional; k) Bruna
57 Lorrane: falou da necessidade de criarmos comissões, frentes de trabalho, paralelas
58 à Diretorias e outras Comissões, com intuito de acelerar as demandas solicitadas
59 em Assembleia. Após as falas, o atual presidente do FONGES LGBT, Leonardo
60 Bastos, encaminhou para aprovação as seguintes demandas: 1. Estudar as
61 possibilidades legais e jurídicas de institucionalização do FONGES LGBT com
62 perspectivas de construção de política de contribuição anual junto ao Fórum; 2.
63 Acompanhar, junto à SDH, a formalização dos representantes estaduais e
64 municipais com política LGBT que compõem o Comitê Nacional de Gestore(as) da
65 Política LGBT, com envio de ofício aos governadores e prefeitos 2015 e posterior
66 publicação de portaria com a referida composição; 3. Solicitar junto à
67 CPCLGBT/SDH uma agenda de trabalho para estabelecer a interlocução entre o
68 Comitê Nacional e o CNCD/LGBT para possibilitar a interlocução das políticas; 4.
69 Cobrar do Governo Federal melhor entendimento em relação ao Sistema Nacional
70 LGBT com a construção de possíveis caminhos nas áreas institucionais,
71 orçamentaria e de pactuação entre os três entes federativos; 5. Enviar propostas de
72 redefinição do calendário das conferências LGBT, com as seguintes sugestões:
73 etapas municipais/regionais (set/out/dez de 2015); estaduais (de jan/abr de 2016);
74 nacional (maio de 2016); 6. Construir, junto com o Comitê Nacional de Gestores(as)
75 da Política LGBT, evento de apresentação das experiências exitosas na efetivação
76 da política LGBT nos Estados e Municípios, 7. Elaboração de cartilha sobre o
77 FONGES LGBT para as entidades recém filiadas bem como documento com
78 tópicos de legislação mínima para consolidação da cidadania da população LGBT;
79 8. Articulação online com os(as) gestores(as) filiados(as) com a institucionalização
80 de uma política de comunicação com o uso de aplicativos como Whatsapp,
81 Telegram e E-groups; 9. Constituição de Grupo de Trabalho para analisar o Sistema
82 Nacional LGBT a fim de elaborar estudos acerca do posicionamento do FONGES
83 LGBT bem como ofertar caminhos para a reestruturação do Sistema junto a SDH;
84 10. Convocar Assembleia de Reforma do Estatuto para adequações ao atual
85 Estatuto do Fórum Nacional de Gestores(as). Encerrada a leitura, a Assembleia, por
86 consenso, aprovou o Plano de Ação 2015-2016 do FONGES LGBT. Por fim, para
87 dar celeridade às questões do Sistema Nacional LGBT, com proposição de revisão,
88 a Assembleia constituiu uma comissão para dar andamento no diálogo junto ao
89 Governo Federal. Compõem a comissão os/as gestores/as: 1. Alessandro Melchior
90 (Prefeitura de São Paulo SP); 2. Cláudio Nascimento (Governo do Rio de Janeiro);
91 3. Flávio Brebis (Governo do Distrito Federal); 4. Reginaldo Júnior (Prefeitura de
92 Belém PA); 5. Roberto Cesar Maia Souza (Prefeitura de João Pessoa PB); 6. Samilla
93 Aires (Prefeitura de Pacatuba CE); 7. Symmy Larrat (Prefeitura de São Paulo SP e
94 8. Bruna Lorrane (Prefeitura de Belém PA). Após a aprovação da Comissão, a
95 Assembleia encerra suas atividades, às dezesseis horas e vinte cinco minutos.

96 Nada mais havendo a declarar, eu, Danillo Bittencourt, coordenador de Políticas
97 LGBT da Prefeitura de Vitória da Conquista-Ba, secretário executivo do FONGES
98 LGBT, lavrei a presente ata, composta por 100 linhas digitadas e com lista de
99 presença de todos os/as participantes. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 24 de
100 maio de 2015.